



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS:
Percepção dos professores sobre a influência da Provinha
Brasil**

Roneide Silva de Oliveira

Professora-orientadora Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz
Professora monitora-orientadora Mestre Lucilene Costa e Silva

Roneide Silva de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS:
Percepção dos professores sobre a influência da Provinha
Brasil**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz e da Professora monitora-orientadora Mestre Lucilene Costa e Silva.

Brasília, Maio de 2013

TERMO DE APROVAÇÃO

Roneide Silva de Oliveira

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: Percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra Shirleide da Silva Cruz Mestre Lucilene Costa e Silva–

FE/UFSC

UnB/SEEDF

(Professora-orientadora)

(Monitora-orientadora)

Profa. Mestre Sicrana Ferreira – EAPE/SEEDF

(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013

DEDICATÓRIA

Esta monografia é um trabalho feito com amor e dedicação.
Agradeço a Deus, por ter me dado força e perseverança para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as minhas colegas de trabalho, pela participação neste trabalho e á minha filha Camila Stefanie, pelo apoio dado durante todo o curso e na realização da monografia. Muito obrigada!

“Não precisamos de muitas coisas. Só precisamos um dos outros.”

Carlito Maia

SUMÁRIO

RESUMO-----	09
INTRODUÇÃO-----	10
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1- Políticas Educacionais-----	13
1.2- Gestão Democrática-----	16
1.3- Saeb-----	18
1.4- Provinha Brasil-----	21
2.METODOLOGIA	
1.1- Contexto da Pesquisa-----	25
1.2- Participantes -----	25
1.3- Perfil profissionais dos participantes envolvidos na pesquisa-----	26
1.4- Instrumentos e Materiais-----	27
1.5- Procedimentos para a construção dos dados-----	27
1.6- Procedimentos para análise de dados-----	28
3-RESULTADOS E DISCUSSÃO	
3.1-Análise Documental-----	29
3.2-O projeto político pedagógico-----	30
3.3-Observação do cotidiano da escola-----	30
3.4-Análise dos questionários aplicados nos coordenadores e professores-----	31

CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	46
ANEXOS	
ANEXO A- Entrevista Semi- Estruturada- Professores-----	50
ANEXO B- Entrevista Semi- Estruturada – Coordenadores-----	52
ANEXO C- Termo de Ciência da Instituição-----	54
ANEXO D- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-----	55

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo a Provinha Brasil. Ele tem como objetivo geral analisar a influência dessa avaliação na Gestão Pedagógica da Escola. A pesquisa feita utiliza a abordagem qualitativa como base metodológica, com aplicação de questionário destinado a professoras alfabetizadoras do BIA e coordenadoras locais de uma escola pública, em Taguatinga Sul- DF. A maioria dos professores que respondeu o questionário afirma que a Provinha Brasil é um instrumento importante, que direciona o pedagógico da escola e é um instrumento de melhora na qualidade da educação. Nas respostas dadas, é possível perceber que a influência dessa avaliação de larga escala tem contribuído positivamente para a escola em estudo, pois com os resultados todos os envolvidos passam a analisar os limites e as possibilidades pedagógicas desse instrumento.

Palavras-chave: provinha Brasil, gestão pedagógica, avaliação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema principal a “Provinha Brasil”. Avaliação externa, de larga escala, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/ MEC), que objetiva avaliar o nível da alfabetização dos alunos/turma nos anos iniciais do ensino fundamental e diagnosticar possíveis insuficiências das habilidades de leitura e escrita.

Por vivenciar constantemente Políticas Educacionais sendo criadas e inseridas nas escolas, com o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos, dos profissionais e da instituição e por se um tema que faz parte da minha realidade profissional e que considero muito importante, uma vez que as avaliações externas exigem uma preparação não só dos outros alunos, mais de todos inseridos no contexto, no que diz respeito ao aviso com antecedência do dia da aplicação, frequência, aplicadores, mudanças na organização do horário da escola e posteriormente no desenvolvimento do trabalho pedagógico, exigindo resultados e superação de índices de desempenhos.

Assim, a Provinha Brasil surge como um novo modelo de avaliação das turmas de alfabetização. Este instrumento é visto como algo inovador, uma vez que delega à escola a responsabilidade de realizar o diagnóstico. Isso por que, espera-se que, por meio desse instrumento de avaliação, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), o professor possa refletir sobre suas práticas de ensino e verificar a evolução de seus alunos a partir de novas avaliações. De posse dos resultados de cada criança o professor busca orientação, traça linhas de ação de acordo com o perfil apresentado não só pelo aluno, mas a visão da turma como um todo.

O tema deste estudo é **Políticas Públicas Educacionais**. Para delimitá-lo foi escolhido o título: Percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil.

O problema da presente pesquisa é: Compreender a percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da escola é a questão colocada para presente pesquisa que tem como objetivo geral : Analisar a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da escola e como objetivos específicos: conhecer e analisar a política educacional “Provinha Brasil” e sua relação com a gestão pedagógica; Verificar de que forma os professores trabalham com os resultados obtidos na Provinha Brasil em sala de aula; Investigar junto a coordenação as dificuldades encontradas para a implementação das políticas públicas educacionais e analisar a visão dos professores em relação a eficácia da Provinha Brasil para o trabalho pedagógico da escola.

Este estudo foi realizado em uma Escola Classe de Taguatinga. O público alvo da pesquisa são dois coordenadores e nove professores. Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, em que as perguntas foram pré-estabelecidas e apresentadas por meio de questões elaboradas de acordo com o objetivo da pesquisa realizada.

O primeiro capítulo, abordamos: As Políticas Educacionais, onde conceituamos os três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as reguladoras. Gestão Democrática, sua importância no cotidiano da escola. Avaliação, onde abordamos a história e o conceito; características da Avaliação, onde apresenta uma reflexão sobre a avaliação formativa e as avaliações externas do SAEB e por último um breve histórico da Provinha Brasil.

No segundo capítulo, “Provinha Brasil”, apresenta-se análise e reflexão sobre os depoimentos das professoras e coordenadoras da escola em estudo, em relação a percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da escola. Na análise busca-se uma ligação entre os estudos teóricos sobre os temas e as vivências relatadas pelas professoras nas entrevistas, numa tentativa de aproximação de teoria e prática, onde

organizamos os dados coletados em três categorias: Avaliação externa, efeitos dos resultados na gestão escolar e as mudanças significativas na escola após a Provinha Brasil.

Nas considerações finais são apresentadas as principais contribuições do estudo, onde se articula os dados construídos com abordagem teórica focalizada e com a sua prática, acrescentando sugestões de novas investigações.

As considerações finais retornam brevemente as principais análises suscitadas pelo material empírico, evidenciando os limites dos instrumentos da Provinha Brasil, como diagnóstico e as diferentes repercussões das avaliações no interior das escolas públicas, tendo em vista a diversidade de seus projetos pedagógicos e, principalmente, as formas de organização do trabalho coletivo.

1.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1-Políticas Educacionais

De acordo com Oliveira (et.al, 2010) a política pública é uma expressão que busca definir uma situação específica da política. Do ponto de vista etimológico, a política pública se refere à participação do povo nas decisões da cidade, território. Mas historicamente essa participação assumiu feições distintas, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta, pois um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: O Estado.

Quando se focaliza as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc.) os fatores envolvidos para a aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados e exigem grande esforço de análise. É importante ressaltar a diferenciação entre Estado e Governo; Estado é um conjunto de instituições permanentes-como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente- que possibilitam a ação do governo; e Governo, como conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. (OLIVEIRA, 2010)

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. São compreendidas como as de responsabilidade do Estado- quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões

que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

... costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizadas como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto 'político' propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório". (cf. FERNANDES 2007 p. 203)

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Assim entendemos educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado- mas não pensada somente por seus organismos.

Oliveira, 2010, em as Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática, diz que as políticas sociais- e a educação- se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem "feições" diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

De acordo com Azevedo (2003) existem três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. As políticas públicas redistributivas consistem em redistribuição de renda na forma de recursos e/ou

financiamento de equipamento e serviços públicos, ex: bolsa-escola, bolsa-universitária, cesta básica, dentre outros.

As distributivas se referem a todas as ações que qualquer governo precisa fazer, pois ela diz respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos. São exemplos de políticas públicas distributivas as podas de árvores, a implementação de um projeto de educação ambiental ou a limpeza de um córrego, dentre outros.

Por último temos as políticas públicas regulatórias. Essa política consiste na elaboração de leis que autorizarão os governos a fazerem ou não determinadas políticas públicas, redistributiva ou distributiva. A redistributiva e a distributiva elas são do campo de ação do poder executivo e as regulatória no campo do poder legislativo.

As políticas públicas educacionais são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Entretanto, a educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais.

A educação é algo que vai além do ambiente escolar, pois é tudo que se aprende socialmente, na família, na igreja, na escola e em outros setores a educação só é escolar quando for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas.

Historicamente, o Estado pouco se esforçou no combate às desigualdades sociais, estando ao lado das elites, impedia o desenvolvimento da classe trabalhadora. Por muito tempo, a educação era vista como formadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho, porém dizia-se preocupada com a formação de um trabalhador que desenvolvesse novas competências, mas pra que se ter um trabalhador competente, se o trabalho é realizado de forma técnica? Isso perdurou por muito tempo, porém, hoje, os profissionais melhores remunerados, são aqueles que são capazes de solucionar diferentes problemas que venham surgir no seu respectivo trabalho.

De acordo com Cruz muito se fala sobre o conceito de competência refere-se à ideia do aprender a aprender. A intensificação desse debate deu-se a partir da década de 1980, no contexto da crise do capital e da busca para sua superação, se contrapondo a ideia de qualificação profissional, diluindo a especificidade do trabalhador no mercado de trabalho.

Analisando, chega-se a conclusão que uma educação de qualidade é aquela calcada na concepção histórico-social para a natureza humana, que forme sujeitos capazes de apreender criticamente a realidade e de contribuir para a sua transformação. Para que isso ocorra, é importante que o Projeto Político Pedagógico e a organização do trabalho escolar caminhem para isso, bem como uma gestão democrática, que permita a participação de todos os agentes, sem distinção e exclusão, de modo que a educação esteja focada no indivíduo e não em sua classe social.

O principal ideal liberal da educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político. A instrução não deve estar reservada às elites ou classes superiores, nem ser um instrumento aristocrático para servir a quem possuir tempo e dinheiro. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do "homem total", liberado e pleno (CUNHA, 1991, p. 34)

1.2-Gestão Democrática

Ao fazer uma caminhada pela história da educação brasileira, percebe-se uma longa história de luta de educadores e movimentos sociais em defesa de uma educação pública de qualidade e democrática. Mas, o que seria uma Gestão Democrática?

De acordo com (Lück, 2006, p.57), a gestão democrática é um processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação.

Partindo desse conceito, percebe-se que numa sociedade democrática o envolvimento de todos, cada um cumprindo com responsabilidade o seu papel é fundamental para que a gestão democrática de fato aconteça.

A gestão democrática é enfatizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No (art. 3º inciso VIII), quando diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: Gestão Democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas ensino. Mas, o artigo 14 desta mesma Lei diz que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática e que essas normas devem estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema de ensino.

A própria Constituição Brasileira de 1988, dá amparo legal para que se busque mudanças na gestão constitucional, e essas mudanças forma buscadas, com mais fervor, nos últimos anos.

Para uma mudança rumo ao processo democrático, muitos fatores contribuem pra que seja possível, entre eles temos a descentralização de poderes. A descentralização de poderes é essencial para que todos envolvidos possam se sentir responsabilizados a se tornar participantes nas decisões do dia a dia da escola.

A caminhada na construção de uma gestão democrática e participativa é lenta e gradativa. Para muitas escolas pode se tornar até impossível, pois a gestão democrática para acontecer, exige mudanças e quebras de paradigmas antigos, como “poder”, não acontece de uma hora para outra.

Buscar um novo panorama que envolve a presença de muitos atores em decisões, participação e transparência também é lento. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

A construção da gestão democrática implica luta pela garantia de autonomia. Falar em autonomia, não é pensar em fazer aquilo que queremos e, a hora que queremos. Autonomia para alguns estudiosos representa:

- Faculdade de ser governar por si mesmo; direito ou faculdade de um país de reger por leis próprias; emancipação, independência; sistema ético segundo o qual as normas de conduta provêm da própria organização humana. (HOLLANDA, 1983, p.136)
- A autonomia é a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e implementar um projeto político pedagógico que seja relevante à comunidade e a sociedade a que serve. (NEVES, 1995, p.113)

Como pode ser ver, a construção da gestão democrática está bem além da eleição de diretor ou da equipe de gestão. Ela oferece voz e vez a todos os participantes. Essa prática não deve ser concedida e sim conquistada pelos segmentos da escola. Mas, para o processo acontecer, é necessário que o gestor crie mecanismos, que possibilite momentos de experimentação da democracia e a elaboração de projetos, como a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP). Este favorece a participação dos vários setores da comunidade escolar: professores, alunos, pais, mães, funcionários, zeladoria e segurança e a criação de órgãos colegiados, ou conselhos escolares, associações de apoio à escola, grêmios, para a concretização do processo.

1.3-Saeb

Para evidenciar como se concretizou no Brasil essa concepção de gestão, passamos a apresentar as iniciativas de avaliação direcionadas à educação básica e superior implementadas nos últimos anos. São focos de nossas considerações o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

(SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (ENC), implementados pelo poder executivo federal, que se apresentam como avaliações de escolas, de egressos do ensino médio e de concluintes do ensino superior, respectivamente. (Sousa, 2001)

Nos anos finais da década de 1980 registra-se a primeira iniciativa de organização de uma sistemática de avaliação do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional. Esta sistemática é denominada pelo MEC, a partir de 1991, de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) da avaliação o desempenho em provas de uma amostra de alunos do ensino fundamental e médio, de todas as Unidades Federadas.

Conforme Relatório Nacional do Sistema de Avaliação do Ensino Básico de 1990 (1991, p. 7), pretende-se, com o estudo de rendimento dos alunos, “detectar, primeiramente, os problemas de ensino-aprendizagem existentes e, em segundo lugar, determinar em que condições (de gestão, de competência docente, de alternativas curriculares etc.) são obtidos melhores resultados e que áreas exigem uma intervenção para melhorar as condições de ensino”.

Para tanto, além de medir o desempenho escolar, o SAEB coleta informações sobre características dos alunos, professores e diretores, bem como das condições físicas e equipamentos das escolas. Define-se o SAEB como um sistema de monitoramento contínuo, capaz de subsidiar as políticas educacionais, tendo como finalidade reverter o quadro de baixa qualidade e produtividade do ensino, caracterizado, essencialmente, pelos índices de repetência e evasão escolar.

Conforme Castro, 1994, o delineamento assumido pelo SAEB encontra respaldo em argumentos que se alinham na direção de justificar a avaliação como instrumento de gestão educacional, tais como: possibilidade de compreender e intervir na realidade educacional, necessidade de controle de resultados pelo Estado, estabelecimento de parâmetros para comparação e

classificação de desempenhos, estímulo por meio da premiação, possibilidade de controle público do desempenho do sistema escolar.

Estes argumentos expressam, no limite, uma concepção acerca do papel do Estado na condução das políticas educacionais. Ao que parece, a questão central nesta proposta não é a de buscar subsídios para intervenções mais precisas e consistentes do poder público, ou seja, uma análise das informações coletadas para definição e implementação de políticas para a educação básica, mas sim difundir, nos sistemas escolares, uma dada concepção de avaliação, que tem como finalidade a instalação de mecanismos que estimulem a competição entre as escolas, responsabilizando-as, em última instância, pelo sucesso ou fracasso escolar.

Mesmo considerando que o SAEB, por seu desenho amostral, não permite comparação entre a totalidade das escolas de cada unidade federada, há que se observar que tem permitido a comparação e classificação das mesmas, estimulando a competição entre elas no sentido de galgarem melhores postos no ranking. A título de lembramos de uma unidade federada que assumiu como alvo a ser atingido “entrar no G7”, o que significava ser classificada, a partir dos resultados do SAEB, entre as sete “melhores” do país.

Se aceita a suposição de que o SAEB, pelo seu delineamento, não tem potencial para produzir alterações nas práticas escolares, de ensino e de aprendizagem, no sentido de seu aprimoramento, cabe uma indagação: qual a sua intencionalidade? Sua finalidade parece ser o fortalecimento do papel regulador do Estado, por meio da responsabilização, no caso do SAEB, das unidades federadas pelos resultados escolares. Como disse

Castro (1996, p. 14), em conferência intitulada “Projeto nacional: o papel da avaliação”, “(...) afirma que a tendência vai no sentido de descentralizar o que for possível. A ideia geral é: o Governo Federal não tem que fazer, ele”. E um meio de “fazer acontecer” é estimular a competição. Se com o SAEB o que se provoca é a competição entre unidades federadas, no caso de sistemas criados pelas próprias unidades federadas, com desenho censitário, esta lógica

competitiva é transferida para as escolas, acrescida do poder de conformar os currículos escolares. Nessa perspectiva, vale lembrar o significado que podem assumir os Parâmetros Curriculares Nacionais, no sentido de se constituírem nos padrões de desempenho esperados, ou seja, os conteúdos a serem ensinados nas escolas serão aqueles que serão “cobrados” nas provas, elaboradas pelas instâncias externas à escola (Oliveira, 2000).

1.4- Provinha Brasil

A avaliação da educação brasileira desenvolvida em larga escala pelo Ministério da Educação nos diversos níveis de ensino, sobretudo, no Ensino Fundamental tem como objetivo oferecer subsídios para o monitoramento das políticas públicas e, conseqüentemente, reformas na educação (INEP, 2008). Pode-se afirmar que esta modalidade de avaliação pretende diagnosticar as condições de ensino e aprendizagem, com vistas à definição de ações voltada para a melhoria da qualidade da educação no País, bem como reduzir as desigualdades existentes. O resultado desta sistemática de avaliação é revestido em recursos financeiros e técnicos direcionados às escolas participantes.

A preocupação com o fracasso escolar tem sido recorrente na formulação da política pública para a educação e para “combatê-lo” com frequência se apresentam diagnósticos, planos e propostas em diferentes momentos, diversos percursos e resultados semelhantes: as crianças das classes populares não têm o seu direito à educação escolar atendido. No ciclo que vivemos nos últimos anos, a avaliação externa vem assumindo grande relevância como um dos indutores da chamada qualidade da educação. No âmbito desse projeto, que associa de modo linear a quantidade do desempenho com a qualidade da educação, em 2008 o Governo Federal institui a Provinha Brasil, exame de larga escala, destinada a crianças no segundo ano de escolarização.

Até 2011, a Provinha Brasil era constituída pela prova de português e, a partir do corrente ano, o teste sofreu alterações, sendo disponibilizada a prova de matemática. Em relação à forma do teste, até 2010 a prova continha 24 questões de múltipla escolha, sendo que cada questão possuía quatro opções de resposta cada uma. A partir de 2011, os testes foram compostos de 20 questões cada.

A Provinha Brasil é aplicada aos alunos que estão matriculados no 2º ano: em escolas onde o Ensino Fundamental tiver duração de nove anos: na 2ª série: em escolas onde o Ensino Fundamental tiver duração de oito anos e não possuir um ano anterior à 1ª série dedicado à alfabetização: na 1ª série: em escolas onde o Ensino fundamental tem duração de oito anos e possui um ano destinado à alfabetização, anterior a essa série, como classes de alfabetização ou o último ano da Educação Infantil dedicado ao início do processo de alfabetização. O teste é aplicado em dois momentos durante o ano letivo: início e final do ano. O INEP sugere que a primeira aplicação ocorra, preferencialmente, até o mês de abril, e o segundo teste, até o final de novembro.

O INEP não define precisamente a metodologia de aplicação dos testes, mas as orientações repassadas apontam que, dependendo do foco do gestor da escola, este pode optar pelo professor como aplicador do teste ou então por outras pessoas indicadas e preparadas pela Secretaria de Educação local. Quando o professor aplica o teste, centra-se em monitorar e avaliar a aprendizagem de cada aluno ou turma. Quando outrem aplica a referida avaliação, a proposta é de se obter uma visão geral de cada unidade escolar, das diretorias ou de toda a rede de ensino sob a administração da Secretaria.

É possível unificar tais objetivos, solicitando aos professores que realizem a aplicação e encaminhem uma cópia dos resultados para a Secretaria de Educação. Assim, essa é a proposta da Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), onde a aplicação do teste é recomendada a todas as escolas, feita por um aplicado externo a turma e também é este quem corrige o teste, e os resultados são repassados para a

SEE/DF posteriormente. A Provinha Brasil tem seu valor, conforme a elaboração de sua escala e a seleção dos itens que compõem cada teste, na teoria da resposta ao item, com base no Modelo de Rasch². Diante do exposto sobre as principais características da Provinha Brasil, faz-se oportuno trazer alguns autores que versam sobre o tema em questão.

Esteban (2009) faz duras críticas ao teste. Uma das críticas diz respeito à aplicação de testes padronizados às crianças, pois tal procedimento distancia os processos vividos pelas crianças dos resultados aferidos pelo teste. Segundo aquela autora, a proposta da Provinha Brasil está desarticulada do cotidiano escolar, pois não considera as peculiaridades inerentes aos diferentes contextos em que se produz a aprendizagem. A principal crítica encontra apoio no uso de testes de múltipla escolha, pois estes não avaliariam o processo de ensino-aprendizagem.

Outro ponto interessante na análise de Esteban (2009) refere-se à natureza classificatória da Provinha Brasil, pois a colocação dos alunos nas escalas de classificação do nível de alfabetização já constitui a classificação dos alunos em escala de desempenho, gerando mecanismos de controle por meio da avaliação.

Segundo a autora, a Provinha Brasil recupera a visão de avaliação tradicional focada para a classificação e exclusão dos alunos, e não tem contribuído para o aprofundamento da visão de escola democrática, mas sim, tem levado à uniformização do processo de ensino-aprendizagem, acabando por desfavorecer as camadas mais populares, pois, com o resultado do teste, surge a distinção entre os que sabem e os que não sabem.

Segundo Esteban (2009), a Provinha Brasil acaba por ser um instrumento que promove a ampliação do controle do Estado sobre os professores e os alunos. Diante de todo o espectro de avaliações externas, a Provinha Brasil torna-se mais um desses instrumentos de controle.

Os documentos oficiais apresentam claramente a Provinha Brasil como uma proposta comprometida com a equidade e a qualidade da educação

(INEP/MEC, 2009). Como o próprio nome explicita, o processo de avaliação se realiza através de provas padronizadas, aplicadas no início e no fim do ano letivo, com a finalidade de “monitorar” a alfabetização realizada nas escolas públicas. A ênfase na objetividade dos dados obtidos é um dos aspectos centrais na costura desse projeto de avaliação que apresenta como seu objetivo realizar um diagnóstico do nível de alfabetização dos estudantes, para prevenir e corrigir “possíveis insuficiências” em relação à leitura e escrita.

2.METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da pesquisa será desenvolvido através de estudos bibliográficos que tenham como finalidade fundamentar as ações naturalmente desenvolvidas no cotidiano da escola, bem como a compreensão das respostas dos sujeitos entrevistados. Para Marconi e Lakatos (1986, p.57): “trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada e que tenha relação com o tema de estudo”. Quer dizer, a pesquisa bibliográfica é a base para qualquer outra pesquisa e a mesma compreende a consulta de livros, monografias, artigos periódicos, entre outras fontes. Em relação à pesquisa classifica-se de natureza qualitativa descritiva que considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requerendo uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva já que os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (Gil, 1994)

2.1-Contexto da Pesquisa

As entrevistas foram realizadas no período entre 11 a 13 de março de 2013. A pesquisa de campo foi realizada na Escola Classe 13 de Taguatinga Sul. A escola funciona em dois turnos e dispõe de 07 salas de aula.

A escola foi selecionada por satisfazer aos requisitos da pesquisa de campo, oferecer Ensino Fundamental das séries iniciais, ou seja, turmas do 1º ao 5º ano.

Para efeito de sigilo dos docentes os nomes apresentados são fictícios. Mas cabe aqui a caracterização da escola no que diz respeito a nota do Índice

de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da instituição. Faz-se importante recordar que o IDEB é calculado levando-se em conta os dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, do SAEB- para as Unidades da Federação (UFs) e para o país, e a Prova Brasil- para os municípios.

No ano de 2011, o índice nacional do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 5.0. Na escola observada, o índice foi superior ao Nacional, obtendo índice de 5.7. Através dos índices expressos, percebe-se que a Escola analisada manteve-se acima da meta do índice proposto.

De acordo com a Provinha Brasil, de 2012 a Escola analisada, atingiu na 1ª fase, 100% a meta- nível 3 em Leitura e Matemática.

2.2-Participantes

Os sujeitos participantes da pesquisa de campo foram:

- 09 professores que atuam e atuaram em turmas de 2º ano,a quem chamaremos P1 , P2, ... P9;
- 02 coordenadores, a quem chamaremos C1 e C2

Perfil profissional dos participantes da Pesquisa

Sujeito pesquisado	Sexo	Vínculo com SEE/DF	Tempo de trabalho	Tempo de escola	Instrução
Coordenador 1	F	EFETIVO	15 ANOS	4 MESES	PÓS-GRADUADA
Coordenador 2	F	EFETIVO	25 ANOS	3 ANOS	PÓS-GRADUADA
Professor 1	F	CONTRATO	4 MESES	4 MESES	GRADUADA
Professor 2	F	EFETIVO	17 ANOS	4 MESES	PÓS-GRADUADA
Professor 3	F	EFETIVO	9 ANOS	4 MESES	PÓS-GRADUADA
Professor 4	F	EFETIVO	24 ANOS	7 ANOS	PÓS-GRADUADA
Professor 5	F	EFETIVO	23 ANOS	4 ANOS	GRADUADA
Professor 6	F	EFETIVO	26 ANOS	20 ANOS	PÓS-GRADUADA
Professor 7	F	EFETIVO	4 MESES	4 MESES	PÓS-GRADUADA
Professor 8	F	EFETIVO	22 ANOS	10 ANOS	PÓS-GRADUADA
Professor 9	F	EFETIVO	4 MESES	4 MESES	GRADUADA

Nota-se que o curso de Pedagogia e Especialização, são áreas predominantes dos sujeitos investigados. As graduadas que aparecem,

referem-se à formação acadêmica de uma professora de contrato temporário, duas professoras efetivas, sendo que uma é recém-contratada na SEE/DF.

Este diagnóstico mostra um perfil de formação satisfatório dos profissionais que atuam nessa escola do DF, pois a maioria dos participantes possui formação acadêmica de pós-graduação.

2.3-Instrumentos e Materiais

Para a realização do estudo, os seguintes instrumentos e estratégias foram adotados:

- (a) Observação não sistemática- Projeto Político Pedagógico da Escola;
- (b) Análise documental – Projeto Político Pedagógico da Escola;
- (c) Aplicação de questionário com os nove professores regentes, empregando um roteiro (anexo e), constituído de dez questões abertas, focalizando a percepção e a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da escola;
- (d) Aplicação de questionário com duas coordenadoras, constituída de dez questões abertas (anexo f), cujos itens focalizam a percepção sobre a Provinha Brasil, e os fatores contribuídores para o alcance e não alcance dos resultados.

De acordo com Trevinos (1990), as questões selecionadas para compor o roteiro da entrevista semiestruturada são resultantes de todas as informações coletadas sobre o fenômeno estudado.

2.4-Procedimentos para a construção dos dados

Na investigação foram utilizadas técnicas de análise de questionário e observação in loco, buscando conhecer a dinâmica do processo educativo no

seu dia a dia, no intuito de perceber como se dão as relações internas da escola.

Antes da explicação do questionário, tomamos o cuidado de solicitar a autorização da escola (Anexo C) e o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos entrevistados (Anexo D). A seguir, explicamos a finalidade do estudo e justificamos a metodologia, abordando a necessidade do questionário para a construção de uma pesquisa empírica.

As informações sobre a prática cotidiana da escola foram adquiridas por meio de observação direta da escola como um todo, considerando os espaços de manifestações espontâneas, de possibilidades de efetivação dos propósitos mais amplos da escola. Nesse sentido, Trivinos (1987) salienta que observar, requer atenção, para que se possa destacar algo de um conjunto.

Na visão do autor, a observação de um fenômeno social implica separá-lo do contexto, para que sua dimensão seja estudada em toda sua plenitude. Portanto a observação satisfaz as exigências da pesquisa qualitativa, indicando, os traços fundamentais do contexto social, sendo um processo que possibilita vivenciar a realidade em toda sua essência.

Em seguida, procedemos à leitura e apontamentos de dados significativos do Projeto Político Pedagógico da Escola, levando em conta, para a análise as questões pertinentes ao objeto de estudo: os fundamentos teóricos, os objetivos, as metas direcionadas, os problemas identificados sobre a sua educação, processos de avaliação dentre outros e os aspectos estruturais.

2.5-Procedimentos para análise de dados

A análise documental constitui parte importante do estudo, para identificar os fundamentos teóricos e norteadores do processo educativo.

Assim, o Projeto Político Pedagógico da escola foi utilizado para o nivelamento conceitual e analisando com o intuito de identificar as concepções pedagógicas que orientam as práticas educativas. No entanto, não fizemos, aqui, nenhuma análise detalhada do PPP, pois não cabe ao conteúdo desta investigação, porém é bom lembrar, que pelo Projeto Político Pedagógico, perpassam os componentes ideológicos da instituição e que não podem ser separados do contexto social. Desse modo, a análise procurou identificar, a coerência existente entre os fundamentos teóricos encontrados e a realidade evidenciada na prática docente.

As observações realizadas incidiram-se sobre as falas dos investigados, uma vez que o objetivo principal desta pesquisa foi analisar a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da escola.

Quanto ao questionário, optamos pela transcrição na íntegra, das respostas dadas, visando destacar os aspectos relevantes a percepção dos professores sobre a Provinha Brasil, no que tange a área de conhecimento estudada.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Lembre-se dos quebra-cabeças: são mais fáceis quando você pode

ver toda a figura primeiro.

Princípio da Gestalt

3.1-Análise Documental

Conforme definido na metodologia, a análise documental constitui parte importante do estudo, para identificar os fundamentos teóricos que norteiam o processo educativo.

Desta forma, o PPP da escola foi estudado, com o objetivo de perceber a concepção pedagógica que direciona a prática educativa da escola. Não iremos fazer uma análise detalhada, como já foi dito anteriormente, uma vez que este documento não é o tema da investigação e sim a influência da Provinha Brasil no trabalho pedagógico da instituição.

3.2- O Projeto Político Pedagógico

Ao elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, a escola não perdeu de vista aspectos essenciais como a relação entre educação e sociedade e os fins declarados e os realizados, propostos pelos Parâmetros Curriculares da Rede Pública do Distrito Federal (1993) para sua elaboração. Assim, a escola ao elaborar o seu projeto político pedagógico, deve estar em consonância com o projeto maior da sociedade (CUNHA et al. 1993).

O projeto político pedagógico da escola investigada investe na capacitação continuada do professor e o coloca como mediador entre o conhecimento espontâneo do aluno e o saber sistematizado como forma de minimizar a exclusão e a repetência. Para tanto define a utilização de tempo e de espaço favoráveis ao fortalecimento do espírito crítico do educador através do estudo sistematizado e do debate democrático.

O objetivo prioritário estabelecido pelo projeto político pedagógico é o aluno. Visto como sujeito do conhecimento, que deve estar engajado na busca de sua plenitude.

3.3- Observação do cotidiano da escola

Observou-se que, mesmo com suas necessidades de ajustes, a escola oferece um ambiente motivador e prazeroso de trabalho para o professor. No âmbito geral, verifica-se que apenas condições que apresenta condições estruturais e contextuais articuladas e coerentes com a lógica da organização que busca a qualidade nos processos educacionais “regulares”. O mesmo se observa em relação as adaptações necessárias a prática inclusiva, com rampas de acesso e espaços que contemplam as condições favoráveis para o desenrolar das praticas pedagógicas.

3.4-Análise dos questionários aplicados nos coordenadores e professores

Tendo em vista atingir o objetivo da pesquisa, procurou-se neste tópico, apresentar os resultados das análises e interpretações dos dados coletados por meio de questionários, que tem como eixo condutor analisar a percepção

dos professores sobre a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da escola.

No processo de organização e análise dos dados coletados, percebemos que as falas dos entrevistados na escola, estruturou-se em três categorias de análise e quatro subcategorias: Avaliação Externa, efeitos dos resultados na gestão escolar e as mudanças significativas na escola após a Provinha Brasil (planejamento, metodologia de ensino, formação de professores, aprendizagem dos alunos).

Com vistas a nortear a análise e interpretação das informações coletadas utilizamos a perspectiva de análise do conteúdo. De acordo com Franco (2008), a análise do conteúdo é um procedimento de pesquisa que tem na mensagem explícita o seu ponto de partida. Neste pensamento, a análise de conteúdo nos levou a compreender o sentido da mensagem expressa pelos entrevistados a partir do seu contexto profissional.

A estrutura adotada para apresentar a análise e interpretação está vinculada aos quatro objetivos específicos da pesquisa.

A categoria de análise denominada “Avaliação Externa”, foi originada do questionamento: Você professor, compreende os princípios e as finalidades da Avaliação “ Provinha Brasil”? Percebe-se após as respostas a importância atribuída pelos sujeitos da pesquisa sobre estas modalidades de avaliação como instrumento de regulação e monitoramento do processo ensino-aprendizagem. A identificação desta categoria foi evidenciada nos discursos:

[...] Sim, é necessário para verificação da aprendizagem do aluno e do ensino que está sendo oferecido. (P1)

[...] A Provinha Brasil, além de avaliar as aprendizagens dos alunos, busca mostrar em que áreas devemos dar mais atenção. Ela avalia a escola como um todo, aluno, prática do professor, coordenação pedagógica e gestão. (P2)

[...] A Provinha Brasil tem como princípio avaliar a qualidade do ensino que está sendo oferecido, através de testes padronizados e específicos para alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, nas áreas de leitura e matemática. Essa avaliação é externa e tem como objetivo avaliar o aluno e o trabalho pedagógico da escola. (P8)

Nessas falas, podemos perceber que os professores reconhecem os princípios e as finalidades da Avaliação Provinha Brasil como instrumento avaliativo, associado ao SAEB e que seus propiciam efeitos no modo de ver o trabalho realizado na sala de aula. Com os resultados da prova externa, a escola (gestão, coordenadores e professores), passam a refletir sobre suas práticas pedagógicas e possíveis mudanças. Vale lembrar que para o INEP, este instrumento de avaliação mostra os níveis em que as crianças encontram-se e recomenda especial atenção no trabalho pedagógico com as crianças que estão nos níveis 1 e 2, visto que o esperado é que as crianças no término do segundo ano de escolaridade atinjam, pelo menos os níveis 3 ou 4 e quanto às crianças que se encontram nos níveis 3 e 4, as ações pedagógicas devem possibilitar que elas avancem para os níveis 4 e 5, respectivamente. Sendo assim, este instrumento de avaliação é de grande valia para o contínuo aperfeiçoamento da prática pedagógica e da gestão do ensino, colaborando, assim para a melhora da qualidade da educação em nossas escolas.

Outro entendimento que observamos nas falas é que a avaliação em estudo tem como princípio avaliar a qualidade de ensino oferecido nas escolas. Assim sendo, entendemos que a avaliação que observamos é o de controle. A SEE/DF deve utilizar as avaliações para supervisionar o cumprimento das diretrizes e normas nacionais pela sua rede de ensino.

Dessa forma percebemos que na dinâmica do “Estado Avaliador”, a SEE/DF, ao buscar o acerto via avaliação, acaba desconsiderando a complexidade e especificidade da ação pedagógica em cada unidade escolar, reduzindo a discussão de qualidade a uma questão de ordem técnica.

A avaliação oficial, para além dos aspectos abordados, pode ser entendida como um dos dispositivos das propostas de reforma educacional:

Assim, a avaliação desempenha uma variedade de objetivos, tais como: subsidiar o processo de ensino-aprendizagem: fornecer informações sobre os alunos, professores e escolas; atuar como respaldo para certificação e seleção, bem como orientar na elaboração de políticas públicas e reformas educativas [...]. (CUNHA, 2005, P.145)

Ainda com relação à avaliação externa Provinha Brasil, os atores da instituição de maneira geral, a consideram uma boa iniciativa do Governo Federal, visto que possibilita unificar o ensino, para que todos os cidadãos tenham acesso a um mesmo nível de educação, como sugerem os relatos a seguir:

[...] Sim. Para verificar o nível de educação nos diversos cantos do Brasil. (P7)

[...] A finalidade é melhorar e equiparar a qualidade da Educação em todo o país. (P9)

[...] A finalidade é avaliar os conhecimentos dos alunos e métodos de trabalho do profissional que está conduzindo a turma para unificar o nível de Ensino. (P4)

Como a avaliação externa produz dados sobre o desempenho das unidades escolares, a Secretaria pode verificar a discrepância do rendimento médio das escolas entre si, em cada área avaliada. Notamos que para os professores da SEE, as informações produzidas das avaliações, possibilitam conhecer a realidade das escolas e redes para assim identificar” os caminhos a serem perseguidos” (LUCKESI, 1995, P.43)

A partir da análise é possível identificar o poder de controle que o “Estado Avaliador Brasileiro” exerce sobre determinada rede de ensino. Percebemos também, que apesar de ainda não ocorrer um uso efetivo da Provinha Brasil como reguladora da rede no Distrito Federal, no sentido de contribuir na elaboração das políticas públicas, os atores investigados,

reconhecem que ela é um instrumento importante e são favoráveis a sua aplicação. Isso pode ser verificado nas falas abaixo dos professores:

[...] Sim, sou favorável. O professor terá noção de como está o nível dos alunos. (P4)

[...] Sim, porque impulsiona cada profissional da área da educação a si empenhar de forma mais eficiente para melhorar o ensino. (P9)

[...] Sim, porque nos fornece parâmetros avaliativos e comparativos na educação brasileira. (P7)

[...] Sim, pois além de avaliar o desempenho dos alunos, avalia o trabalho pedagógico da escola. (P2)

Em todo contexto de implantação e desenvolvimento de uma determinada política educacional, defronta-se com posições contrárias e favoráveis as ações definidas por determinadas gestões administrativas. Nos relatos acima, verificamos atores favoráveis a esse tipo de avaliação. Entre as posições de defesa, podem-se destacar trabalhos publicados por especialistas ouvidos na sua realização. Entre eles Oliveira (2007) e Rocha (2007) que defendem que as avaliações em larga escala são ferramentas importantes para se identificarem as habilidades adquiridas pelos alunos, ao mesmo tempo fornecem indícios importantes sobre a eficácia das práticas das escolas. Porém, alguns autores criticam a Provinha Brasil, sobre o papel de controle e o caráter classificatório gerado por testes padronizados para essa faixa etária (7 e 8 anos). Estefan (2009) afirma que os testes geram um distanciamento entre a articulação da proposta e o cotidiano escolar. A autora considera que o processo da Provinha Brasil se conduz por uma compreensão reducionista do processo de alfabetização, que não vê como pratica sócio-cultural, e por uma concepção de avaliação predominantemente qualitativa e classificatória.

Nesse sentido, Esteban (2009) critica os procedimentos utilizados nessa avaliação explicando que sua real contribuição é a de trazer pra o início da

escolarização os exames em larga escala e inserir as crianças pequenas em um procedimento que distancia os processos vividos dos resultados oferecidos.

Ao perguntar aos coordenadores sobre o desempenho da sua escola nessa avaliação e os fatores que contribuíram para o alcance dos resultados, evidenciou-se o surgimento da segunda categoria de análise denominada “Efeitos dos Resultados na Gestão Escolar”. Os entrevistados manifestaram as seguintes opiniões:

[...] Satisfatório. Tem conseguido atingir as metas propostas. O comprometimento dos professores e o acompanhamento pedagógico têm contribuído para o alcance de bons resultados. (coordenador A)

[...] A escola teve um bom desempenho. O professor tem se empenhado a buscar novas estratégias para melhorar a política pedagógica. (coordenador B)

Ao analisar os discursos, nota-se que há comprometimento de todos em conseguir alcançar bons resultados. A busca por novas estratégias, leva o professor e todos envolvidos pedagogicamente a busca de programas educativos com a finalidade de prover a melhoria da qualidade do ensino. Torna-se evidente que a escola está concordando com os objetivos desta avaliação em amenizar a ineficiência do ensino que historicamente faz parte do cenário educacional brasileiro.

Lerner (2011) revela que: “Intensificar o trabalho compartilhado entre os colegas dentro e fora da sala de aula parece ser uma condição essencial para que todas as crianças possam se apropriar dos conhecimentos e das práticas que a escola tem a responsabilidade de comunicar”.

Sabemos que há alunos com dificuldades escolares e que estão dentro da escola para suprir essas deficiências. Não podemos ocultar a falta de interesse e a atenção dos alunos, mas temos que identificar metodologias específicas para tratar com esses alunos, transformando os em alunos interessados e conscientes nas suas dificuldades, portanto, assumir o papel de

contornar a situação, melhorando o seu potencial e seus resultados. (HOFFMANN, 2003)

Para Albuquerque (2005, p.57), a avaliação da aprendizagem na perspectiva diagnóstica, é fazer uma construção crítica do aprendizado do aluno. Foi e ainda é a avaliação mais realizada no processo e que se divulgou maior rapidez na área didática e formação de professores e educadores. A autora conceitua o diagnóstico avaliativo como: “um juízo de valor sobre os relevantes da realidade e, posteriormente ampliou a conceituação para juízo de qualidade”.

Dentro desta categoria, foi questionado aos professores se eles tinham conhecimento do resultado dessas avaliações e o que diziam os gráficos estatísticos de sua escola sobre os resultados da Provinha Brasil.

Percebe-se que há um interesse tanto dos que estavam responsáveis pela turma e até dos que chegaram a pouco tempo na escola de buscar essas informações. Isso se verificou pelos relatos abaixo:

[...] Sim. Através da internet e das reuniões coletivas. Houve melhoras significativas. (P7)

[...] Sim, por meio de gráficos apresentados pela coordenação pedagógica. Revelam os pontos (descritos) que necessitam ser trabalhados com mais atenção. (P2)

[...] Sim. Através do site. Refletem a realidade dos alunos neste processo de ação e reflexão. (P3)

[...] Tenho, através da divulgação feita pela escola... Diz: “Nossa escola está no caminho certo”! (P6)

Com relação à publicação dos resultados dos exames, Oliveira (2009) argumenta que essa estratégia, se bem conduzida pelos gestores, pode funcionar como um incentivo ao aperfeiçoamento. Posição semelhante e defendida por Gremaud (2009), quando afirma que os resultados das avaliações mostram habilidades e, assim, geram informações que possibilitam aos gestores trabalhar para atingir os objetivos traçados e, até reformular estratégias e ações, se necessário. A partir dos dados obtidos com os exames, surgiram projetos de apoio à aprendizagem, como o Pró-letramento, o Prantantil e os Programas Nacionais de livros didáticos dirigidos ao Ensino Fundamental e Médio.

Considerando, tal como apontam Freitas e Sousa (2009), que nas análises dos desempenhos alcançados, as escolas devem ficar atentas para não tomarem como ponto de referência outras instituições, visto que cada escola é única, devendo primeiro olhar para suas próprias práticas cotidianas. Sem dúvida, a média alcançada por outras UF e pelo DF devem ser levadas em conta nas análises, no entanto, as comparações devem ser feitas com cautelas buscando identificar as diferenças entre as UF, as especificidades da escola e do público atendido.

A terceira categoria de análise “As mudanças significativa na escola após a Provinha Brasil”, surgiu do seguinte questionamento feito aos coordenadores: A escola tem buscado promover melhorias da aprendizagem com os resultados obtidos na Provinha Brasil? Que tipo de melhorias?

Os entrevistados relataram suas opiniões abaixo:

[...] Sim, a partir dos resultados alcançados, a escola assistência o aluno com aula de reforço, reagrupamento, palestras informativas aos pais, e aquisição de material pedagógico. (C2)

[...] Sim. As melhorias são baseadas nos níveis de aprendizagem alcançados e são desenvolvidos projetos como reforço, reagrupamento, etc. (C1)

Nota-se que a participação da escola na aplicação da Provinha Brasil, tem levado a buscar melhorias no pedagógico e essa participação levou-a a rever sua metodologia, projetos, planejamento e postura. Com base nos relatos acima, a Provinha Brasil contribuiu muito para um melhor desempenho de todos envolvidos no pedagógico da escola, inclusive os voltados nas atividades escolares.

Conforme Araújo (2005, p.64): “para que as crianças sejam inseridas no mundo da leitura e da escrita, é necessário considerar aspectos pedagógicos e de gestão das escolas e dos sistemas de ensino.” Isso quer dizer que as Provinha Brasil proporciona um maior empenho da equipe escolar.

No plano do discurso oficial, os resultados da avaliação servem para subsidiar reflexões e planejamentos para aperfeiçoar a gestão pública educacional e o trabalho escolar. No entanto, na prática percebemos a ocorrência do que Bonamino, 2003) debate sobre o Estado definir os critérios de avaliação e determinar hierarquicamente os padrões de qualidade, com o propósito de “alinhar” o sistema educacional às metas estabelecidas no contexto internacional.

Nas falas é possível perceber também mudanças metodológicas e preocupação em sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos, afim de melhorar seu nível de desempenho, quando cita:[...] Após a observação da avaliação é feito uma reavaliação do trabalho e traçamos novas metas. Pretendo aprimorar o meu trabalho onde houve falha. (P9)

[...] Através de estudos rever o que está precisando mudar para ficar melhor... (P6)

[...] Os resultados servirão como parâmetro para o trabalho pedagógico que irei desenvolver durante o ano letivo. (P8)

[...] Sim, com base no resultado é feito uma reavaliação dos projetos. Replanejar as aulas dentro das atividades não vencidas na Provinha Brasil. (P7)

Percebemos pelas falas dos coordenadores e professores que a escola pesquisada utiliza os resultados da avaliação na busca de melhoria na aprendizagem, independente de resultados da Provinha Brasil. O delineamento e a construção dessa avaliação prevê as intervenções e a busca de melhoria da qualidade da alfabetização.

Sobre a contribuição da Provinha Brasil para planejamento da SEE/DF, parece ter caráter mais formal, não possuindo uma correspondência prática. De qualquer forma, é possível inferir que o BIA, ao reduzir a taxa de reprovação das escolas da SEE/DF, contribuiu diretamente com o cálculo das notas do IDEB, que leva em conta o fluxo escolar. Por sua vez, ao intensificar as ações com o foco na alfabetização e letramento das crianças, essa política também colabora para que as crianças cheguem ao 5º ano do Ensino Fundamental melhor preparado e com determinados conhecimentos consolidados, possibilitando a obtenção de médias maiores na Avaliação Nacional Prova Brasil.

Evidencia nas falas dos entrevistados que o trabalho coletivo, além do interesse dentro de uma instituição influencia muito no desempenho dos alunos nesse tipo de avaliação, pois a partir do momento que os alunos estão sendo avaliados, os professores e coordenadores buscam repensar na metodologia, planejamento, na formação continuada, na aprendizagem dos alunos e modificam suas práticas para melhor desempenho de seus alunos. Podemos perceber nas citações abaixo:

[...] Um estudo com base nos resultados para a ação de mudanças necessárias paralelas a uma mobilização de todos na escola. (P3)

[...] Trabalho coletivo na escola, estudo do currículo, vocação profissional contribuem na melhoria dos resultados. (P7)

[...] O compromisso do professor com os alunos e o apoio e o envolvimento de toda a escola. (P1)

[...] O professor tem se empenhado a buscar novas estratégias para melhorar a prática pedagógica. (C2)

[...] O bom desempenho do professor regente. (C2)

Concordamos com Clímaco (2005), quando aponta que é importante que as avaliações gerem uma prestação de contas que norteie o desenvolvimento das atividades dos professores, abrindo espaços para os diálogos na comunidade escolar e retirando as instituições do isolamento docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a trajetória das políticas públicas em educação, podemos pensar em um grande círculo, no qual, em determinado momento, encontramos as teorias em educação. Além dos argumentos teóricos, baseados nas pesquisas educacionais, essas teorias, aliadas às estatísticas educacionais (dados do censo escolar, resultados das avaliações oficiais, índices sócio econômicos) se transformam em uma importante ferramenta do governo, que as utiliza para controle e regulação social, ao justificar-se por meio de suas ações, a busca da melhoria do ensino das escolas públicas.

Pode-se compreender de maneira mais aprofundada com esta pesquisa como funciona o Sistema de Avaliação da Educação Básica e, sobretudo, a Provinha Brasil nas escolas públicas, objeto de análise desta pesquisa.

Não podemos negar a importância que avaliação externa tem ocupado no cenário de nossas escolas, pois de posse dos resultados dessas avaliações, cada escola tem traçado seu plano de intervenções, e cada professor tem revisto sua prática e, assim tem buscado metas para atingir a tão almejada qualidade do ensino público.

No decorrer deste trabalho, procurou-se investigar a percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da escola, numa escola de Ensino Fundamental, na cidade de Taguatinga-DF. Diante desse objetivo procurou saber se os professores compreendiam os princípios e as finalidades dessa avaliação. Partindo desse questionamento vieram outros que nortearam o trabalho.

Para atingir o objetivo proposto, buscou-se utilizar os seguintes instrumentos e estratégias como: observação do cotidiano da escola, análise documental do Projeto Político Pedagógico e aplicação de questionário a 09

professores regentes e 02 coordenadores. A pesquisa, de caráter qualitativo, constitui-se de um processo analítico e interpretativo acerca dos discursos sobre a Provinha Brasil e as práticas escolares dos profissionais que vivenciaram a aplicação desse tipo de avaliação.

Constata-se que os professores conhecem os princípios e as finalidades da avaliação Provinha Brasil. Percebe-se pelas falas que essa avaliação é bem vinda, na escola e tem tido efeitos positivos na prática do professor e no desenvolvimento pedagógico da escola.

Nos depoimentos dos professores pesquisados e na observação cotidiana da escola, percebe-se que há um envolvimento de todos, desde do coordenador ao gestor, em atingir as metas da Provinha Brasil, procurando desenvolver através dos projetos pedagógicos, os reagrupamentos e reforço, intervenções que auxiliem na melhoria dos resultados. O coletivo, a coordenação pedagógica e bem valorizada e isso é possível certificar quando os professores informam sobre o desempenho da escola nos resultados tanto do Ideb, quanto da Provinha Brasil, e cita dados relevantes para o planejamento de suas atividades.

Assim sendo, a Provinha Brasil tem influência na prática docente, pois possibilita que os professores reveem o que está sendo feito e o que precisa melhorar em relação ao processo ensino-aprendizagem tem efeitos positivos na aprendizagem dos alunos, pois os professores tem uma visão do nível de cada aluno e passa a planejar de forma mais adequada para que eles avancem, partindo das sugestões que a própria avaliação propõe. Além da mudança de postura do professor, proporciona também mudanças no trabalho da equipe pedagógica, pois eles se tornam mais preocupados com o pedagógico da escola, se unem mais, envolvem-se mais em estudos e procuram rever as ações da escola em busca da melhoria do ensino oferecido.

Mas, por outro lado, nota-se que esse instrumento não contempla a diversidade de ritmos de aprendizagens dos alunos que temos em nossas escolas. Embora seja fato que a avaliação externa é um elemento necessário ao acompanhamento do sistema educacional, essa citação anterior já

demonstra que esta pesquisa não pretende encerrar a discussão, a intenção é abrir novas discussões referentes aos tópicos aqui trabalhados.

Por fim, consideramos que o problema da qualidade da educação não pode ser visto só no âmbito da escola, como não pode ser resolvido acionando uma única vertente. Trata-se de uma questão bastante complexa que necessita de diversas intervenções. A Provinha Brasil fornece informações sobre o processo de alfabetização aos professores e gestores das redes de ensino, porém intervir em ações imediatas de possíveis distorções verificadas, melhoria da qualidade e desigualdade de ensino depende muito de mudanças de postura de planejamento dos nossos governantes e do nosso gestor maior “Secretaria de Estado de Educação”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Targelia de Souza. **Avaliação da Educação e da Aprendizagem**. Curitiba: IESDE, 2005.

ALMEIDA JÚNIOR, A. **Repetência ou promoção automática?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos , Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 3-15. jan./mar. 1957.

ARELARO, L. R. G. **A extensão do ensino básico no Brasil: o avesso de um direito democrático**. 1988. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: Santos Júnior, Orlando A. Dos (Et.al) Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BARRETTO, E. S. de S.; MITRULIS, E. **Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória**. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, n. 108, p. 27- 48, nov. 1999.

BARROSO, J. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, N. (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. **Relatório Nacional do Sistema de Avaliação do Ensino Básico de 1990**. Brasília, DF, 1991.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o Futuro: Construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Brasília: SEED, 1998. ISBN

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Ensino e Pesquisa. **Provinha Brasil: guia de correção e interpretação de resultados teste 1**. Brasília: INEP, 2011.

CASTRO, M.H.G. de. **A educação para o século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: INEP, 1999.

CASTRO, C.M. **Educação brasileira: consertos e remendos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DEPRESBITERIS, L.A. & TAVARES, M.R. Um pouco da história da avaliação. In: _____. **Diversificar é preciso...** Instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem. São Paulo: Ed. Senac, p.27-39

ESTEBAN, Maria Teresa, Provinha Brasil: desempenho escolar e discursos normativos sobre a infância. **Sisifo.Revista de Ciências da Educação**, 2009., pg47-56. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Revista%209%20PT%20d4.pdf>. Acesso em: 23/03/2013.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos CEDES, Campinas, n.55, p.30-41, nov.2013.

HORTA NETO, João Luiz. **Avaliação externa de escolas e sistemas : questões presentes no debate sobre o tema**. Rev.Bras.Est.pedag. , Brasília, v.91, n.227, p.84-104, jan/abr.2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio. Uma perspectiva construtivista**. 33ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **“Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, I. de S. **O currículo no plural: políticas, práticas, culturas escolares**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. Série Cadernos de Gestão

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MEDEIROS, I. L. **A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre, de 1989 a 2000 - a tensão entre reforma e mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MÉNDEZ, Juan Manuel Alvarez. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto. Asa Editores, 2002.

NEVES, Carmem M. de Castro . **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. In: VEIGA, Ilma Passos A (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, R.P. **Reformas educativas no Brasil na década de 90**. In: CATANI, A.M.; OLIVEIRA, R.P. **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. cap. 4, p. 77-94

OLIVEIRA, Francisco Adão. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Puc, Goiás, 2010.

PENTEADO, Wilma Millan Alves (org), **Psicologia e ensino**. São Paulo, Papelivros, 1980.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliações Nacionais em larga escala: análises e propostas**. São Paulo. DPE, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação e gestão: extraindo significados da base legal**. In. CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20

APÊNDICE A



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Caros colegas,

Estou realizando uma pesquisa para conclusão do curso de pós-graduação - Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília. O tema escolhido foi: **Políticas Públicas educacionais: percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil**. Peço que colaborem respondendo às perguntas propostas neste questionário. Não é necessária identificação, apenas que respondam as questões abaixo.

Agradeço a colaboração

Roteiro da Entrevista Semi- Estruturada- Professores

Parte I- Identificação

Sexo:

Vínculo com SEE/DF:

Tempo de Trabalho:

Tempo de Escola:

Grau de Instrução:

Parte II- Desenvolvimento da Pesquisa

- 1) Você compreende os princípios e as finalidades da Avaliação “Provinha Brasil”?
- 2) Qual a sua percepção sobre a influência da Provinha Brasil na Gestão
- 3) Pedagógica da Escola?
- 4) Você, professor(a) é favorável a aplicação da Prova? Por quê?
- 5) A quem a prova avalia?
- 6) Você tem conhecimento do resultado dessas avaliações?
- 7) O que dizem os gráficos estatísticos de sua escola sobre os resultados da Provinha Brasil?
- 8) Que fatores contribuem para o alcance de bons resultados?
- 9) São utilizados os resultados da avaliação no processo de aperfeiçoamento do projeto pedagógico da escola?
- 10) Você, professor(a) tem recebido da coordenação e equipe da escola algum suporte para garantir os resultados almejados? Como?
- 11) O que você pretende fazer com os resultados obtidos?

APÊNDICE B



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Caros colegas,

Estou realizando uma pesquisa para conclusão do curso de pós-graduação - Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília. O tema escolhido foi: **Políticas Públicas educacionais: percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil**. Peço que colaborem respondendo às perguntas propostas neste questionário. Não é necessária identificação, apenas que respondam as questões abaixo.

Agradeço a colaboração

Roteiro da Entrevista Semi- Estruturada- coordenadores

Parte I- Identificação

Sexo:

Vínculo com SEE/DF:

Tempo de Trabalho:

Tempo de Escola:

Grau de Instrução:

Parte II- Desenvolvimento da Pesquisa

- 1) Qual a sua percepção sobre a influência da Provinha Brasil na Gestão Pedagógica da Escola?

- 2) Como está o desempenho da sua escola nessa avaliação?
- 3) Que fatores tem contribuído para o alcance dos bons resultados?
- 4) Que fatores tem contribuído para o não alcance de bons resultados?
- 5) A escola tem buscado promover melhorias da aprendizagem com os resultados obtidos na Provinha Brasil? Que tipo de melhorias?
- 6) O corpo docente compreende os princípios e as finalidades da Avaliação Provinha Brasil?
- 7) Que mecanismos de acompanhamento você e sua equipe na escola tem buscado para garantir os resultados almejados?
- 8) Analisando os gráficos estatísticos de sua escola sobre os resultados da 1ª fase e 2ª fase da Provinha Brasil, houve crescimento?
- 9) Algum aluno ANE realizou a provinha?
- 10) Que reações a escola adotou para que eles realizassem a Avaliação e que intervenções foram feitas ou será feita para melhorar os resultados?

APÊNDICE C



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Eu, _____, RG n.º _____, matrícula SEEDF n.º _____, diretor(a) da Escola Classe 13 sito Qsf 05 área especial número 02 Taguatinga sul/ DF -, declaro ter sido informado pelo(a) pesquisador(a): Roneide Silva de Oliveira a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da pesquisa a ser feita com (anotar quem são os sujeitos da pesquisa) desta escola, cujo título é Políticas Públicas educacionais: percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil. Também estou ciente e autorizo (colocar o que está autorizado a fazer, por exemplo, observar reuniões pedagógicas, aulas, atividades dos alunos etc.), mediante a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou impresso, que omitirão todas as informações que permitam identificar quaisquer dos profissionais deste estabelecimento de ensino.

Brasília, _____ de _____ de 2013

Assinatura do participante

APÊNDICE D



Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG n.º _____, declaro ter sido informado(a) pelo(a) pesquisador(a) **Roneide Silva de Oliveira** a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da entrevista e fornecida para a pesquisa **Públicas educacionais: percepção dos professores sobre a influência da Provinha Brasil**. Também participo voluntariamente ciente de que a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou presencial, nas quais serão omitidas todas as informações que permitam identificar-me, contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e produção de conhecimento científico.

Brasília, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do participante

TERMO DE APROVAÇÃO

Roneide Silva de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PERCEPÇÃO DOS
PROFESSORES SOBRE A INFLUÊNCIA DA PROVINHA BRASIL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:



Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz – FE/UnB
(Professora-orientadora)



Profa. Mestre Wilcéa Pereira Stacciarini –SEE/DF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013